

FORMAÇÃO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL: o papel da instituição de ensino superior na construção de cidadãos comprometidos com a sociedade

Joysinett Moraes da Silva*

Resumo – Esta pesquisa teve como objetivo verificar se uma instituição de ensino superior pode estimular e promover o envolvimento de seus discentes em atividades socialmente responsáveis. Para tanto, realizou-se uma pesquisa-ação com os discentes por um período de cinco anos. Em cada um dos cinco anos, optou-se por adotar dois grupos constituídos por turmas com aproximadamente 45 alunos cada uma, os quais receberam tratamento diferenciado quanto ao incentivo para o trabalho voluntário. O estudo mostrou que uma instituição de ensino superior pode colaborar para com o envolvimento de estudantes em atividades socialmente responsáveis através do trabalho voluntário, uma vez que, na época do último levantamento de dados, o curso de Administração dessa faculdade apresentava cerca de 15% do corpo discente envolvido em atividades socialmente responsáveis, enquanto que nos anos anteriores ao projeto, como foi verificado no início da pesquisa, esse número não chegava a 2%.

Palavras-chave – Educação. Instituição de ensino superior. Responsabilidade social. Trabalho voluntário.

Abstract – This paper aims to verify the ability of a Postsecondary Institution to stimulate and to promote commitment and socially responsible activities in its undergraduates' students. An action-research was implemented with two groups of undergraduates' per year for a five-year period. Each group was constituted by 40-45 students. Both groups received different treatment or incentives to volunteer work. The mains results show that a graduation institution can promote and stimulate the involvement of students in socially responsible activities. This could be observe when we compare the participation of undergraduate's in two moments: In the end of these research, the Management courses had 15% of its undergraduates working on socially responsible activities, while in the period before this research had been implemented, this rate was less than 2%.

Key words: Education. Graduation institution. Social responsibility. Volunteer work.

Jel Classification: I21, Analysis of education. I23, Higher education research institutions. L31, Nonprofit institutions. M14, Corporate Culture. Social Responsibility.

* Doutoranda em Administração na área de Organizações na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: joysimoraes@yahoo.com.br.

ANÁLISE	Porto Alegre	v. 18	n. 1	p. 161-179	jan./jun. 2007
---------	--------------	-------	------	------------	----------------

1 Introdução

Com a democratização do acesso à informação, proporcionada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, os indivíduos passaram a questionar o comportamento ético e moral das organizações, sua cultura e atitudes frente à sociedade, bem como sua responsabilidade social. Esta última entendida como uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torne parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. A responsabilidade social também pressupõe uma cultura de gestão que procura aplicar princípios e valores a todas as atividades e relações da empresa [...] abrindo novas perspectivas para a construção de um mundo economicamente próspero e socialmente mais justo (Ethos, 2005).

A priori observa-se que o princípio da responsabilidade social fundamenta-se no pressuposto de que as organizações são instituições sociais, que se constituem e se desenvolvem no seio da sociedade, fazem usos dos recursos fornecidos pela mesma e interferem na qualidade de vida dos seus membros. Desse modo, a empresa cidadã é a que apresenta comportamento socialmente responsável, ou seja, respeita suas relações com o meio ambiente, com a comunidade, com os clientes, com os fornecedores e com seu próprio corpo de funcionários.

Tais características, permitem a incorporação do conceito em várias instâncias, entre elas, às organizações educacionais. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e, em seu Título II, Art. 2º informa que “a finalidade da Educação é de triplíce natureza: a. o pleno desenvolvimento do educando; b. preparo para o exercício da cidadania; e, c. qualificação para o trabalho” (Carneiro, 1998, p. 33-34).

Como agentes sociais, as escolas, sejam públicas ou privadas, estabelecem regras de conduta que não podem ser conflitantes com as regras morais da sociedade em que estão inseridas e acredita-se, devem buscar cumprir um papel social que possibilite ao alunado a noção de responsabilidade para com a comunidade na qual está inserido.

Nesse sentido, a proposta deste trabalho foi aproximar o aluno da realidade de uma organização carente pelo período de um ano para verificar se uma instituição de ensino superior (IES) poderia promover de forma efetiva a vinculação de seus discentes em programas de voluntariado gerando alguma forma de compromisso com outros atores sociais.

Em termos de abrangência, o estudo direcionado a um segmento organizacional específico – o Curso de Administração de uma faculdade particular – apresenta limitações que são compensadas com ganhos significativos em relação ao aprofundamento do conhecimento sobre responsabilidade social e sobre o impacto que uma IES pode causar, pelo menos, na vida dos discentes no que tange ao estímulo das atividades socialmente responsáveis.

Em relação às reflexões teóricas, observa-se que nos dias de hoje o Estado, como representante do Primeiro Setor e o Mercado, como representante do Segundo Setor, já não estão conseguindo administrar a massa de excluídos sociais. Desse modo, o Terceiro Setor nasceu com o propósito de viabilizar alternativas que gerassem condições de vida para a coletividade. Nesse sentido, fez-se, necessário, no âmbito deste trabalho, apresentar, ainda que sucintamente, algumas reflexões teóricas acerca do trabalho voluntário e da responsabilidade social, o que pode ser visto a seguir e, por fim, os resultados obtidos com a pesquisa.

2 Um exercício de voluntariado...

De acordo com Bobbio (1999), o Estado moderno vai, através de suas posições sócio-político-econômicas, subdividindo-se em Estado máximo ou Estado mínimo, intervencionista ou abstencionista. O Estado intervencionista, segundo o autor, preocupa-se com a felicidade de seu povo e pode ser identificado com o Estado do Bem Estar Social contemporâneo, o *Welfare State*. O Estado abstencionista ou mínimo pode ser identificado com o atual Estado Liberal que, de acordo com Adam Smith, deve se limitar a prover a defesa externa e a ordem interna, bem como a execução de trabalhos públicos (Bobbio, 1999, p. 124-130).

O Estado liberal, por sua vez, acentuou o progresso econômico e exacerbou a valorização individual, favorecendo os mais audaciosos e hábeis. Importante ressaltar que essa configuração não leva em consideração a natureza associativa do homem, contrariando a máxima rousseauiana de que “não existe senão um contrato no Estado: o da associação; e este, por si só, exclui qualquer outro” (Rousseau, 1998, p. 118). A concepção individualista da liberdade favoreceu a omissão do Estado em proteger os menos afortunados, desenvolvendo-se uma gradativa injustiça social, pois, “concedendo-se a todos o direito de ser livre, não se assegurava a ninguém o poder de ser livre.” (Dallari, 1979, p.244).

Na mesma direção, o neoliberalismo, caracterizado pela ênfase na total liberdade de mercado, propõe um Estado mínimo, responsável por apenas três funções: policiamento, administração da justiça e defesa nacional. Um modelo que está sendo abraçado como a política econômica de alguns países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, inclusive o Brasil. De acordo com Friedman (1977, p. 116), em uma economia neoliberal, “há uma e só uma responsabilidade social do capital – usar seus recursos e dedicar-se a atividades destinadas a aumentar seus lucros [...]”. Assim, em um país no qual o Estado historicamente não cumpre algumas funções básicas como educação, saúde, segurança e, atualmente, legitima essa omissão como consequência de uma política econômica neoliberal, o trabalho voluntário adquire extrema importância.

No Brasil, o que se observa é “a lógica da exclusão, em que prevalece a maximização do lucro” (Srouf, 1998, p. 45), o que o leva a ocupar uma terceira posição na classificação dos países com maior grau de desigualdade de renda, com base no Coeficiente de Gini – um dos indicadores do Banco Mundial para mensuração da concentração de renda. De fato, parece estar havendo uma “banalização da pobreza”, ou seja, a exclusão social passa a não incomodar, adquirindo o *status* de algo natural. Daí se constatar que no país, por volta de 50 milhões de pessoas vivem abaixo da linha de pobreza – cerca de 33% da população, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2004). O conceito de pobreza utilizado neste artigo é o do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2005), “situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico”.

O Estado, como representante do Primeiro Setor e o Mercado, como representante do Segundo Setor, já não estão conseguindo administrar a massa de excluídos sociais no Brasil. Assim, nasce o Terceiro Setor, no âmbito da sociedade civil e se desenvolve a partir de atividades filantrópicas, caracterizando-se pela realização de ações de caráter privado, que objetivam a geração de bens para uma coletividade, sem acumular excedentes econômicos.

De acordo com Offe (1998, p. 26-28), o Terceiro Setor é o representante institucional de uma nova ordem, que “surgiu da desordem social vigente e supera em vitalidade, legitimidade e harmonia a ordem da burocracia estatal (Primeiro Setor) e a ordem econômica do mercado (Segundo Setor)”. De acordo com Drucker (1991, p. 159), “na sociedade instruída faz-se necessário uma esfera na qual o indivíduo possa tornar-se senhor servindo aos outros [...] em que a liberdade não seja apenas passividade [...] – uma esfera que, em suma, exija envolvimento ativo e responsabilidade”. Essa esfera, caracteriza-se pelo trabalho voluntário.

Como doutrina, o voluntarismo afirma a preeminência da vontade, quer no plano psicológico, quer no domínio ético. O trabalho voluntário, impregnado dos ideais básicos do *kyosei* (viver e trabalhar para o bem comum), diferencia-se por disponibilizar tempo, conhecimento e/ou dinheiro, sem qualquer interesse de retorno financeiro ou material. O retorno é sempre a satisfação proveniente de fazer o bem ao próximo. Assim, fazendo parte do novo *design* organizacional, o trabalho voluntário está se tornando um diferencial competitivo, um agente de transformação social que efetivamente está contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das pessoas através do desenvolvimento da cidadania.

Em suma, além da importância de compartilhar com a sociedade civil o encargo de reduzir os efeitos danosos da exclusão social envolvendo os alunos em projetos sociais, cresceram os movimentos que demonstram a importância do trabalho voluntário em relação à formação da

consciência social e da cidadania. Haja vista que a cidadania somente fará parte da cultura de uma sociedade quando seus preceitos de direitos e deveres e seus princípios de respeito pelo outro forem introjetados em seu povo. Como agentes ativos do conhecimento e membros da sociedade civil é de se esperar que as IES atuem no sentido de trabalhar noções de cidadania.

Outro “olhar” sobre este tema pode se dar a partir da perspectiva religiosa. De acordo com Weber (1967, p. 128), a igreja “não apenas tolerava a mendicância, como a glorificou nas ordens mendicantes”. Nascia a caridade, baseada nos ensinamentos religiosos da Igreja católica. Por outro lado, com a Reforma luterana, desenvolveu-se a ética protestante, eminentemente prática: “na Terra, o Homem deve, para estar seguro de seu estado de graça, trabalhar o dia todo em favor do que lhe foi destinado [...], pois o mais importante é que o trabalho constitui, antes de tudo, a própria finalidade da vida.” (Weber, 1967, p. 112-113).

A religião católica ensina que quando uma boa obra se torna pública e conhecida, perde o seu caráter específico de bondade. Ou seja, ensina que a prática do bem se quem ninguém veja, salva a alma. Isso talvez colabore para que a maioria das ações praticadas em países predominantemente católicos, como o Brasil, sejam assistemáticas. Em outra direção, a ética protestante gerou a filantropia, definida por Ferreira (1979, p. 630) como “amor à humanidade; humanitarismo”. O amor à humanidade favorece a realização de ações sistemáticas, que procuram modificar uma realidade. Isto é, a ética protestante mostra que a mesma prática, além de salvar a alma, zela também pela mudança de situações de injustiça social, pois esta não precisa ser escondida da sociedade.

O trabalho voluntário é então um misto de caridade, virtude de fazer o bem ao próximo, e filantropia, que procura a realização de ações sistemáticas e profissionais.

E uma atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. [...] Não gera vínculo empregatício, não havendo qualquer obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária para as entidades (Tachizawa, 2002, p. 292).

Nesse sentido, para complementar a educação formal, é então necessário que as instituições educacionais trabalhem, além dos conteúdos formais e dos temas transversais, a noção de que “civilizar e solidarizar a Terra, transformar a espécie humana em verdadeira humanidade torna-se o objetivo fundamental e global de toda educação que aspira não apenas ao progresso, mas à sobrevivência da humanidade” (Morin, 2000, p. 78).

Estudantes de administração formarão, provavelmente, a classe de futuros dirigentes empresariais. Daí a necessidade de aprender a liderar pessoas, a elaborar projetos e a gerenciar recursos e tempo, a planejar e

cumprir prazos, a calcular custos, investir lucros etc. Incentivando a prática da responsabilidade social, a escola além de espaço de reprodução e criação do saber tornar-se-á também um espaço de transformação. Acredita-se que essas transformações poderão modificar o processo de ensino – aprendizagem.

3 Responsabilidade social sob uma ótica histórica

No início do século XIX, a jornada diária de trabalho durava até quatorze horas para homens, mulheres e crianças (muitas com apenas cinco ou seis anos de idade). Os salários eram insignificantes e os ambientes de trabalho e habitação sem as mais elementares condições de higiene. Neste período surgiram os socialistas utópicos, assim chamados por Karl Marx, porque apesar de se mostrarem contrários ao capitalismo e suas manifestações, propunham mudanças localizadas e não uma revolução social.

Claude-Henri de Rouvroy, Conde de Saint-Simon (1760-1825), de acordo com Buber (1971, p. 28) foi "o primeiro a entender em parte, e em parte adivinhar o poder, os elementos e as contradições da sociedade". Propunha que a sociedade fosse governada por uma "administração", formada por chefes de produção. Não via diferenças entre operários e patrões e sim entre 'produtores' e 'ociosos', situando, nesta última categoria, os reis, príncipes, cardeais, proprietários, ou seja, a classe dominante. Considerava a política como a "ciência da produção", ressaltando que sem abolir a forma de governo, não seria possível modificar a "extrema desordem" em que se encontrava a sociedade.

Charles Fourier (1772-1837) propunha que a sociedade vigente retrocedesse ao nível de pequenas "comunidades-modelo" que denominou "falanstérios", compostas por, no máximo, mil e quinhentas pessoas e onde os trabalhadores deixariam de ser assalariados e se transformariam em associados.

Louis Blanc (1811-1882) considerava a livre concorrência como causadora de todos os males sociais e propunha a sua supressão e substituição pelas "oficinas sociais". Estas seriam fundadas pelos trabalhadores e não deveriam ter concorrentes, bastando apenas uma em cada um dos principais ramos de produção. Os lucros das "oficinas sociais" deveriam ser divididos em três partes: uma seria destinada aos trabalhadores, outra aos doentes, velhos e incapazes e, a última, seria utilizada para novos investimentos.

Pierre Joseph Proudhon (1809-1865) foi um crítico social que se tornou conhecido pela afirmação "a propriedade é o roubo", enunciado no estudo *O que é propriedade?* Em 1849 criou o Banco do Povo ou Banco de Trocas, com o objetivo de mostrar que era possível o crédito gratuito. Foi um fracasso. Suas idéias socialistas baseavam-se no mutualismo (organização da economia baseada na reciprocidade) e no federalismo, que pressupunha a "organização da ordem política baseada na irmandade dos grupos" (Buber, 1971, p. 47).

Robert Owen (1771-1858), industrial têxtil, sócio do Cottonificio *New Lanark*, na Escócia, onde trabalhavam e viviam, em extrema pobreza, aproximadamente duas mil pessoas, reformou moradias, melhorou as condições sanitárias e fundou um armazém onde produtos de boa qualidade podiam ser adquiridos a preços acessíveis. Em 1816, fundou a primeira escola maternal da Grã-Bretanha, com o intuito de afastar as crianças menores da fábrica. Apesar dos negócios estarem prosperando, os outros sócios do Cottonificio não concordavam com os gastos feitos para o bem-estar dos operários. Owen desligou-se da sociedade e foi para os Estados Unidos. Em 1825 fundou a colônia de New Harmony com o objetivo de conciliar agricultura e indústria. Após o fracasso dessa experiência retornou à Grã-Bretanha e criou as primeiras cooperativas de produção e consumo. Em 1833 ajudou na fundação do *Grand National Consolidated Trade Union*, organização criada para ser a corporação geral dos trabalhadores. Mais uma vez, a discórdia e a oposição patronal levaram o movimento ao fracasso (Beer, s/d, Sússekind, 2002).

No que tange aos teóricos da administração, Henry Ford, que também era empresário, foi um dos poucos que apoiaram algumas das idéias dos socialistas utópicos, embora a partir de uma racionalidade puramente instrumental. Sua atitude foi no sentido de pagar salários mais justos aos trabalhadores, pois achava que "pagando pouco aos homens, preparamos uma geração de crianças subalimentadas e subdesenvolvidas. [...] Teremos uma geração de trabalhadores fracos de corpo e de espírito que, portanto, se mostrará ineficaz quando entrar na indústria [...] que pagará a conta" (Ford, 1954, p. 50).

No Brasil, na última década do Segundo Reinado (1880-1889), ganhou destaque o empresário Irineu Evangelista de Souza (1813-1889), o Barão de Mauá, homem com grande iniciativa e responsável por vários empreendimentos. Apesar de não se posicionar como abolicionista, Mauá não utilizava mão-de-obra escrava em suas indústrias. Acreditava nas leis do mercado, que sinalizavam que sem compradores as indústrias não se desenvolveriam.

Delmiro Gouveia (1863-1917), precursor da industrialização do Nordeste, tentou aproveitar o potencial energético da cachoeira de Paulo Afonso e montou a Companhia Agro Fabril Mercantil da Pedra (1914), com capital totalmente brasileiro. Este empreendimento caracterizou-se por ser um marco de responsabilidade social interna: os operários moravam em vilas construídas pela empresa, tinham assistência médica e escola.

O que se observa, de fato, é que alguns sujeitos de forma isolada tentam resolver um problema social que tem se avolumado ao longo dos tempos através da utilização dos recursos organizacionais disponíveis.

4 Responsabilidade social sob a ótica da modernidade

A responsabilidade social pode ser abordada sob três perspectivas distintas: a doutrina da responsabilidade social, a doutrina do interesse do acionista e a da reatividade social.

O principal representante da doutrina do interesse do acionista é Milton Friedman. Nesta abordagem, a responsabilidade da organização é maximizar lucros e o único interesse dos acionistas é o retorno financeiro. Acredita-se que defendendo o interesse do acionista (maximizando lucros) a empresa beneficia a sociedade através da produção de riquezas. Os problemas sociais devem ser solucionados pelo governo e organizações filantrópicas.

A doutrina da responsabilidade social, por sua vez, teve como um dos seus principais representantes Andrew Carnegie (1835-1919). Em 1899, Carnegie publicou *O evangelho da riqueza*, onde estabelecia os dois princípios da responsabilidade social das organizações: o princípio da caridade e o princípio do zelo ou custódia. O primeiro estipulava que os membros mais afortunados da sociedade ajudassem os menos afortunados, tais como os desempregados, os inválidos, os doentes e os idosos. É importante salientar que a caridade era uma obrigação dos indivíduos ricos e não das suas empresas. O segundo determinava que os ricos e suas empresas se tornassem zeladores do dinheiro da sociedade, guardando-o, "em confiança", para o restante da população. Multiplicando este dinheiro, a fortuna dos ricos também aumentava, através dos investimentos dos recursos sob custódia.

Nas décadas de 1950 e 1960, os princípios da caridade e do zelo ou custódia eram amplamente aceitos nas organizações norte-americanas. Nessa mesma época, começaram a surgir novas idéias sobre o tema responsabilidade social.

Alguns teóricos e administradores deram início ao desenvolvimento da teoria da reatividade social, uma terceira perspectiva, na qual a "teoria de responsabilidade social se concentra no modo como as empresas respondem às questões, ao invés de tentar determinar sua responsabilidade social final" (Stoner & Freeman, 1995, p. 74).

Robert Ackerman é o principal representante da teoria da reatividade social das empresas, levando-se em consideração o nível de análise micro, ou seja, analisa-se a maneira como as empresas reagem individualmente às questões sociais. Conforme o modelo de reatividade social, as organizações passam por três fases ao desenvolver uma reação às questões sociais: descoberta de um problema social pela alta administração; procura meios para lidar com o problema, podendo inclusive contratar especialistas e consultores externos e a fase de implementação.

Lee Preston e James Post são os representantes da teoria da reatividade social das empresas no nível macro. Neste nível, são estudadas as forças que determinam as questões sociais às quais as empresas devem reagir. No modelo de Preston e Post, as organizações interagem de duas maneiras distintas, ou seja, estabelecendo relações primárias e relações secundárias. As relações primárias são as interações entre uma organização e grupos orientados pelo mercado, como clientes, empregados, acionistas e credores. As relações secundárias são as interações entre uma organização e segmentos da sociedade não orientados pelo mercado, como as leis e as regras morais.

Desse modo, cabe à opinião pública e ao governo fixarem os limites tanto das relações do mercado quanto das fora do mercado. Quando o administrador se depara com um problema social ele obrigatoriamente deve consultar os aspectos legais e a opinião pública.

Archie Carrol, em 1979, combinou as abordagens dos níveis micro e macro para classificar as formas pelas quais as organizações respondem e podem vir a responder a questões sociais específicas, desenvolvendo, então, o modelo do desempenho social das empresas. O modelo do desempenho social das empresas é uma teoria da ação social das organizações, envolvendo princípios, processos e políticas sociais.

Em suma, pode-se considerar que a preocupação com os problemas sociais remonta, na sociedade ocidental, à fundação da Igreja católica, ou seja, aproximadamente dois milênios, embora propostas sistemáticas na tentativa de superá-los sejam mais recentes.

5 Procedimentos metodológicos

Neste trabalho, o método selecionado foi a pesquisa-ação que para Thiollent (1985, p.14), “é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação onde os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos do modo cooperativo ou participativo”. Por possuir um claro intuito de modificação de condições existentes, este tipo de pesquisa também pode ser considerada socialmente responsiva.

Iniciadas no mês de março de 1999, com alunos matriculados na disciplina Teoria Geral da Administração (144 horas/ano), as atividades que são o objeto deste estudo, buscavam aproximar o aluno da realidade de organizações carentes através de visitas semanais programadas durante o período de um ano. Para esta pesquisa buscou-se identificar de que maneira uma IES poderia contribuir para com um perfil mais socialmente responsável dos alunos a partir de uma análise do período de tempo que os discentes se mantivessem envolvidos com as atividades nas organizações carentes mesmo após o fim de sua exigência enquanto atividade escolar.

Inicialmente, o período de visitas era agendado pela organização carente e pela faculdade, aqui representada pelos professores envolvidos, com o consentimento do aluno. Optou-se por adotar dois grupos, anualmente, constituídos por turmas com 40 a 45 alunos cada uma, os quais receberam tratamento diferenciado quanto ao incentivo para o trabalho voluntário. Um grupo (Turma I) que não recebia nenhum convite e nenhum incentivo para participar do trabalho, doravante será chamado grupo um e o outro grupo que participaria ativamente do processo (Turma II) doravante será denominado grupo dois. A pesquisa também foi realizada com os alunos matriculados na disciplina de Teoria Geral da Administração nos anos de 2000, 2001, 2002 e 2003, configurando um total de 5 anos.

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa junto ao corpo discente para identificar quantos alunos já exerciam ou tinham exercido alguma atividade socialmente responsável. Verificou-se que somente 1,8 % dos alunos matriculados no curso de Administração tinha esse perfil e deste grupo, 100% eram casados e 70% eram mulheres com mais de 35 anos de idade.

Destaca-se que esse é um curso de Administração que funciona apenas no período noturno e que a maioria dos seus alunos (cerca de 65%) está na faixa etária até 21 anos.

Ao longo dos anos da pesquisa sempre buscou-se identificar os alunos que já exerciam ou tinham exercido algum tipo de atividade socialmente responsável e, embora alguns tenham participado de todo o processo, as informações pertinentes a estes alunos foram retiradas do banco de dados para fins análise. Entretanto, nem todos os alunos que já haviam tido alguma experiência com trabalho voluntário participaram dos trabalhos, pois já estavam em semestres mais avançados quando do início da pesquisa ou ingressaram na instituição através de transferência e já tinham cursado a disciplina na qual era aplicada a pesquisa.

A seguir, foi elaborada uma lista com as instituições filantrópicas, num total de 18, localizadas na região de Fortaleza que se caracterizavam pela carência de recursos (humanos, financeiros, materiais). Estas foram visitadas e convidadas a participar do estudo que estava sendo feito na faculdade, mais especificamente na disciplina de Teoria Geral de Administração e, embora não tenha sido criado nenhum tipo de expectativa nas instituições relacionadas, as mesmas se dispuseram a participar do trabalho.

Cada aluno do grupo dois procurou a instituição que melhor lhe conviesse, entre as relacionadas, apresentando-se para a realização de trabalho voluntário. Inicialmente, cada um elaborou um relatório da situação em que se encontrava a instituição e, em seguida, estabeleceu de que forma pretendia atuar. A cada mês foi apresentado um novo relatório (uma página) onde foram relatadas suas atividades, sendo que este deveria ser assinado pelo responsável pelo aluno na instituição. Os professores responsáveis pela disciplina também visitavam periodicamente essas organizações para fazer um acompanhamento dos discentes.

Após o término da disciplina, o acompanhamento também foi realizado através das visitas sistemáticas dos professores às instituições, buscando identificar a frequência do aluno à mesma e o trabalho que este vinha desenvolvendo. Quando a frequência do aluno começava a diminuir, o mesmo era procurado por um professor com o intuito de verificar o motivo.

6 Resultados da pesquisa

A primeira percepção que se tem ao desenvolver um trabalho como esse é a noção de que no trabalho voluntário existe um caminho de duas vias. Isto é, os benefícios são tanto para as organizações nas quais atuaram os alunos, quanto estes, uma vez que, além de despertar a consciência social e o desenvolvimento da cidadania, possibilita a aplicação dos princípios administrativos.

Constatou-se, também, que este tipo de trabalho atende à sociedade, caracterizando-se por estimular a participação voluntária entre os familiares e amigos dos alunos, colaborando para a inclusão social de pessoas excluídas pela lógica de um sistema tipicamente excludente.

É essencial destacar que a prática desse tipo de trabalho é fundamental para o desenvolvimento do aluno, haja vista, que, apesar de no Brasil, as diretrizes e bases da educação nacional contemplar o pleno desenvolvimento do educando, o seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, as escolas, muitas vezes, públicas ou privadas, não cumprem seu papel de agente social. Nesse sentido, são destacados aqui alguns resultados que podem corroborar com a idéia de que as IES podem ser muito mais do que agentes sociais passivas, ou seja, que podem exercer um papel mais ativo na vida dos discentes e da sociedade.

A pesquisa envolveu 451 alunos, sendo 208 do grupo um e 243 do grupo dois. Dos alunos do grupo dois que iniciaram suas atividades ao longo dos anos de 1999, 2000 e 2001, 2002 e 2003, um total de 56% eram do sexo feminino e do grupo um, cerca de 54%. Como a pesquisadora saiu da IES no ano de 2004 não houve um acompanhamento de uma provável turma que tenha iniciado novas atividades neste ano. Assim somente foram apresentados dados relativos às turmas 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003.

Quanto aos resultados tangíveis do trabalho voluntário, de modo geral verificou-se que após o término do primeiro ano (1999), quando não havia mais nenhum compromisso formal por parte dos alunos, 60% abandonaram as instituições ao qual estavam exercendo atividades voluntárias. Entretanto, 40% deram continuidade à atividade até o final do ano 2000. Em 2001, houve um maior estímulo e ênfase por parte da faculdade, através de campanhas, devido ao ano internacional do voluntário,

esse número voltou a aumentar e atingiu 50% dos alunos que iniciaram em 1999. Entretanto, ao final de 2002, somente 35% continuavam exercendo algum tipo de trabalho voluntário. Após o ano de 2003, 19% ainda estavam vinculados a uma organização carente, mesmo que não fosse a que tivessem iniciado. Em 2004 esse número continuou estável.

Quanto aos alunos que iniciaram as atividades em março de 2000, a turma apresentou um comportamento muito próximo ao grupo de 1999. Isto é, 45% dos alunos ainda estavam inseridos no processo de trabalho nas instituições no final de 2001. Como esse número reduziu significativamente nas turmas dos anos seguintes, aqui se busca apresentar o que se acredita ser um fator que foi diferenciador: o ano internacional do voluntário, em 2001. Foram realizadas campanhas massivas por parte da mídia e da própria IES envolveu uma maior quantidade de alunos, estimulando-os a permanecer nas atividades socialmente responsáveis por mais tempo. Ao final de 2002, foi registrada a atividade de 35% dos alunos. Após o terceiro ano, somente 25% dos alunos, o mesmo acontecendo ao final de 2004.

A equipe do ano 2001 apresentou um comportamento ímpar quando comparados aos outros grupos. No final do ano de 2002, cerca de 68% dos alunos continuavam suas atividades nas instituições nas quais foram locados. Nesse ano, também surgiram atividades desenvolvidas em grupos de oito a dez pessoas. Alunos que já prestavam serviços em instituições nas quais foram locados novos colegas resolveram trabalhar juntos e com apoio de professores, estipulando metas que deveriam ser atingidas ao longo do ano. O trabalho de duas dessas equipes está descrito adiante. Uma característica diferenciada deste grupo é que a maior parte, cerca de 3/5 das pessoas, estava na faixa etária acima de 30 anos. Ao final de 2003, ainda participavam cerca de 44% dos alunos e ao final de 2004, um total de 42%. Foi o melhor resultado ao longo de todos os anos da pesquisa. Entretanto, destaca-se mais uma vez que o início das atividades desse grupo deu-se em 2001, ano internacional do voluntário. Dada a importância desta data o momento torna-se singular, pois muitas campanhas buscavam incentivar a sociedade de maneira geral a participar mais ativamente de projetos sociais.

Dos alunos envolvidos em atividades voluntárias, que iniciaram em 2002, cerca de 55% deram continuidade por um breve período do ano seguinte, sendo que, de fato, ao final de 2003 somente 29% dos alunos estavam envolvidos com o trabalho voluntário. Esse fato leva a crer que nos anos anteriores a continuidade das atividades foi garantida devido às campanhas massivas sobre o ano internacional do voluntário e da importância das atividades socialmente responsáveis para pessoas. Ao final de 2004, um total de 24% dos alunos ainda dava continuidade a algum tipo de trabalho voluntário em instituições que necessitavam de tais serviços.

Quanto aos alunos que iniciaram as atividades em março de 2003 como uma atividade escolar, estes entregaram um último relatório em dezembro do mesmo ano. Em fevereiro de 2004, ao visitar as instituições para verificar quantos continuavam suas atividades, constatou-se uma participação continuada de 53% dos alunos do grupo inicial e ao final do ano de 2004, cerca de 26% dos discentes ainda estavam vinculados às instituições.

Para melhor visualização do que foi explicitado até agora, é apresentado a seguir um quadro síntese do grupo dois, que mostra a quantidade de alunos que após o primeiro ano como voluntário de uma organização carente, sem a supervisão constante de um professor e sem estarem vinculados à disciplina de Teoria Geral de Administração, deram continuidade ao trabalho voluntário que vinham realizando, com exceção dos alunos que iniciaram em março de 2004, haja vista ter sido este o último ano da data de atualização dos dados pertinentes à pesquisa.

Quadro 1. Síntese do Grupo Dois

Número de alunos que iniciaram atividades em		Quantidade de alunos que continuavam trabalhando voluntariamente ao final de				
		2000	2001	2002	2003	2004
1999	42	17 (40%)	21 (50%)	15 (35%)	8 (19%)	8 (19%)
2000	40		18 (45%)	14 (35%)	10 (25%)	10 (25%)
2001	43			29 (68%)	19 (44%)	18 (42%)
2002	41				12 (29%)	10 (24%)
2003	42					11 (26%)
2004	-					-
Total	208					57 (27%)

Fonte: dados da pesquisa

Destaca-se que o percentual geral de alunos do curso de Administração envolvidos em trabalhos voluntários, na época, que tiveram o primeiro contato com esse tipo de atividade na faculdade foi de 12,8%.

Em termos de resultados da pesquisas destaca-se que os alunos não abandonavam as atividades ao longo do primeiro ano, principalmente, porque esta era uma atividade que fazia parte das atividades acadêmicas dos discentes, salvo por motivo de transferência ou abandono da disciplina, o que no geral, normalmente, ficava em cerca de 6% a 8%. Esses alunos, no entanto, foram retirados do banco de dados, haja vista que não havia como fazer acompanhamento de alunos de outras instituições e quando do abandono, este, geralmente, acontecia entre o primeiro e o segundo mês do início das aulas.

Observou-se, ainda, que pelo menos 24% de todos os alunos envolvidos ao longo da pesquisa trouxe membros da família e, pelo menos 32% envolveu amigos no trabalho voluntário com o qual estavam vinculados. Constatou-se, também, que, praticamente, todos os alunos que mobilizaram parentes deram continuidade às suas atividades socialmente responsáveis por um período mais duradouro, permanecendo por mais de três anos.

Embora em menor quantidade, foi constatado que os parentes e amigos levados pelos alunos também tiveram uma participação relevante, haja vista que, pelo menos durante o período em que o aluno estava tendo o acompanhamento do professor da disciplina, essas pessoas foram atuantes. Entretanto, ressalta-se que dos parentes e amigos envolvidos, após o primeiro ano, ficavam somente cerca de 20%, após o segundo ano, apenas entre 8% a 10% e, ao fim do terceiro, estavam atuando de forma sistemática somente de 5% a 8% dessas pessoas e todas (100%) eram mães (80%) ou pais (20%) de alunos.

Quanto aos membros da família que foram envolvidos pelos alunos, cônjuges (35%) e pais (30%), filhos (25%) e irmãos (10%). Constatou-se ainda que 72% dos alunos que estavam entre 18 anos e 25 anos, além de parentes, também traziam também amigos.

Em 2005, ainda pode-se constatar que estavam dedicando seu tempo a algum tipo de atividade socialmente responsável cerca de 30% dos alunos inicialmente identificados como do grupo dois, ou seja, 62 voluntários. Entre estes, cerca de 70% eram do sexo feminino.

Em relação ao grupo um, ao final de cada semestre letivo, verificava-se, através de questionários, se algum aluno desse grupo tinha iniciado alguma atividade socialmente responsável. Ao longo de 1999 não houve nenhuma alteração nos dados iniciais com relação a esse grupo, entretanto, ao final do ano 2000, constatou-se que dois alunos (5% da turma) haviam começado a acompanhar em visitas periódicas amigos que faziam parte do grupo dois às instituições com as quais estavam envolvidos. Esses dois alunos participaram ativamente por cerca de um ano do projeto.

O resultado com o grupo um, do ano 2000, foi semelhante, embora com perspectivas diferentes. Logo no início do ano, duas alunas do grupo um começaram a participar do projeto e a trabalhar voluntariamente em uma instituição que acolhia crianças com Síndrome da Imuno Deficiência Adquirida que foram abandonadas pelos parentes. Ao entrevistar as alunas para identificar o motivo pelo qual tinham começado a trabalhar voluntariamente nessa instituição e como a tinham descoberto, verificou-se que eram mãe e tia de um aluno do grupo dois. Destaca-se, ainda, que esse tipo de instituição não é, normalmente, escolhida pelos alunos mais jovens para trabalhos voluntários.

Ao longo do ano 2001, cerca de 25% dos alunos que faziam parte dos grupos um dos anos 1999, 2000 e 2001 começaram a realizar algum tipo de trabalho voluntário, entretanto, mais uma vez destaca-se que esse foi o Ano Internacional do Voluntário e a mídia, de certa forma, estimulou a maior participação dos discentes. Nesse período constatou-se que alguns alunos (20%) envolveram-se com trabalhos voluntários por conta própria sem nenhum vínculo com algum outro aluno do curso de Administração de sua faculdade. Cerca de 15% mantiveram-se atuantes por um período de apenas seis meses e 5% pelo período de um ano.

Em 2002 e 2003, o resultado foi muito semelhante. Cerca de 9% dos alunos de cada grupo um, desses anos, ingressaram em atividades socialmente responsáveis. Eram parentes ou amigos dos discentes do grupo dois. Os trabalhos duraram cerca de nove meses, embora duas pessoas (2,22% do total desses anos) tenham permanecido em uma instituição que atende pessoas idosas até a data da última averiguação. Em entrevista com essas pessoas, constatou-se que são pais de um aluno do grupo dois do ano 2000.

Constatou-se, ao final de 2004, que o grupo um contava com uma média de 5% de participação em trabalho voluntário que tiveram duração de pelo menos um ano. Por outro lado, houve um aumento gradativo e significativo de trabalho voluntário no grupo dois.

Entre os motivos para interromper o trabalho voluntário, os alunos alegaram, principalmente, a falta de tempo, pois haviam começado algum trabalho remunerado. Outros motivos apresentados foram porque não se sentiam motivados por não perceberem uma mudança imediata ou ainda porque o contato com as instituições os fazia "sentirem-se mal". É provável que a proximidade com situações de dor, sofrimento, abandono, indignação, cause essa sensação de mal estar porque leva à conscientização de nossa própria fragilidade e do quanto, por vezes, somos omissos.

Entre os homens, observou-se que são preferidas as atividades com resultados tangíveis e de curto prazo, tais como arrecadação de alimentos, construção de alojamentos, aquisição de materiais para atendimento médico e odontológico, melhorias e reformas nas instituições e a prática de atividades esportivas com crianças e adolescentes.

Entre as mulheres são preferidas atividades que exigem a disponibilidade de tempo para crianças e idosos, visita a hospitais, alfabetização de jovens e adultos, busca por profissionais (médicos, dentistas, assistentes sociais e psicólogos) que possam se comprometer com as instituições de maneira sistemática. Buscam, ainda, a construção de projetos mais duradouros como oficinas ou cursos profissionalizantes que formam facilitadores dentro das instituições com o objetivo de ensinar as atividades para outros membros da comunidade.

Verificou-se, ainda, que ao longo dos anos os trabalhos desenvolvidos pelos alunos apresentaram uma mudança qualitativa no que tange aos objetivos traçados pelos mesmos. Isto é, os objetivos passaram do simples assistencialismo para o profissionalismo.

Da necessidade de mais pessoas trabalhando é que no ano de 2001, os alunos das turmas de 1999 e 2000 uniram-se a nova turma e resolveram estabelecer metas em longo prazo. Esse também pode ter sido um fator motivador para turma 2001 que, em termos de dar continuidade ao trabalho, foi a que apresentou “melhores resultados”.

Para exemplificar o trabalho realizado pelos alunos, são apresentados abaixo resumos de atividades de duas equipes.

Instituição: A.V.E. – Artesanato Vocacional Escola

Características da Instituição: atende pessoas carentes da comunidade de Messejana (bairro da região periférica de Fortaleza), sendo 200 (duzentas) crianças, 100 (cem) idosos e 55 (cinquenta e cinco) jovens, contando com o apoio de 16 (dezesesseis) voluntários.

Resultado do trabalho voluntário: Alunos disponibilizando seu tempo auxiliando na educação de jovens e adultos. Arrecadação de alimentos, roupas, remédios, cadeiras, mesas, materiais para recreação, brinquedos, carteiras escolares, estantes para livros, livros para a biblioteca, aparelho de televisão e vídeo-cassete novos, reforma do auditório e reforma geral das instalações, realizada pelos próprios alunos em mutirão com a comunidade. Adesão, através de convite da equipe, de um médico oftalmologista para realização de consultas, exames e cirurgias de cataratas gratuitas para os idosos. Comercialização, pelos voluntários com a colaboração dos próprios artesãos, de cartões natalinos artesanais confeccionados na própria instituição.

Instituição: Casa da vovó Dedé

Características da Instituição: situada no Montese (bairro da região central de Fortaleza) mantém uma escola de educação infantil (1ª a 4ª séries do ensino fundamental) para atender crianças carentes, oferecendo alimentação no período da aula (café da manhã, almoço, lanche e jantar, dependendo do turno). Mantém um trabalho assistencial com idosos e adultos excluídos do mercado de trabalho, mulheres grávidas (orientação sobre como cuidar de bebês, confecção do enxoval e orientação sobre controle da natalidade) e de profissionalização de jovens (cursos de informática, de carpintaria, marcenaria e de língua estrangeira).

Resultados do trabalho voluntário: implantação de uma oficina de costura para confecção de bolsas e sacolas de material sintético, com o objetivo de profissionalizar os jovens da comunidade, oferecendo-lhes condições de geração de renda. Doação de duas máquinas industriais, aviamentos em geral e material sintético para iniciar a oficina, obtidos

junto à indústria de confecção local. Adesão de profissionais (Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa-Sebrae/Ceará e Serviço Nacional do Comércio-Senac/Ceará) para o treinamento dos jovens interessados em cursos profissionalizantes.

7 Considerações finais

Adotando uma postura pró-ativa, a IES que foi *lócus* da pesquisa vem procurando implementar uma cultura de responsabilidade social, tanto para estabelecer uma vantagem competitiva de mercado quanto para desenvolver em seus alunos uma semente de consciência social. Sendo uma organização com objetivos também econômicos, é importante que a IES procure a consolidação de uma marca que evoque não só uma educação de alta qualidade, mas uma preocupação com a sociedade e com a comunidade na qual está inserida.

Percebeu-se, principalmente, ao longo dos anos, que os trabalhos desenvolvidos pelos alunos apresentaram uma mudança qualitativa no que tange aos objetivos traçados pelos mesmos, que passam do simples assistencialismo para o profissionalismo.

Em relação ao grupo um, que manteve uma média estável (em torno de 5% dos 243 alunos do grupo) de participação em trabalho voluntário, ressalta-se que o grupo dois apresentou um índice de participação e envolvimento maior.

O estudo mostrou que uma IES pode colaborar para o envolvimento de estudantes em atividades socialmente responsáveis através do trabalho voluntário, uma vez que, quando do último levantamento, o curso de Administração dessa IES apresentava cerca de 15% do corpo discente envolvido em projetos de responsabilidade social. Nos anos anteriores ao projeto, como verificado no início da pesquisa, esse número não chegava a 2%. Dos 15% mencionados, 12,8 % são resultado da iniciativa da instituição e 2,2% de atividades espontâneas. Este último grupo também foi influenciado por alunos participantes do projeto da faculdade, haja vista que parte desses 2,2% foi levada por outros colegas da faculdade.

Pode-se concluir que houve um aumento, tanto em termos quantitativos quanto em termos qualitativos, de envolvimento em projetos de responsabilidade social e trabalho voluntário, além de demonstrar que uma IES pode estimular um comportamento socialmente responsável no seu corpo discente, causando mudanças na vida de outros atores sociais.

Neste sentido, percebeu-se que o curso de Administração, também, pode possibilitar aos alunos, além do desenvolvimento de habilidades técnicas, a aquisição de uma visão holística, que favorece a análise do cenário onde estão inseridas as organizações. Além disso, acredita-se que o curso pode estimular nos alunos, alguns dos quais estarão no futuro nas lideranças de empresas, a participação ativa em trabalhos volun-

tários ou em atividades socialmente responsáveis que, por sua vez, buscam criar alternativas de vida para a população excluída pela lógica do sistema.

Desse modo, tendo em vista os resultados da pesquisa, acredita-se que é válida a inserção desse tipo de atividade que estimule o discente a participar de projetos que procuram melhorar a vida de todos os envolvidos na teia social da qual fazemos parte.

Referências

- ARENDDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém* – um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BEER, Max. *História do Socialismo e das Lutas Sociais*. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, s.d.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade* – para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BUBER, Martin. *O socialismo utópico*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- CARNEIRO, Moaci Alves. *LDB fácil* – Leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BRASIL. *Constituição*. República Federativa do Brasil, 1988. Edição atualizada em 1994. Brasília; DF: Centro Gráfico do Senado, 1994.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos da teoria geral do estado*. São Paulo: Saraiva, 1979.
- DRUCKER, Peter F. *As novas realidades do governo e na política, na economia e nas empresas, na sociedade e na visão do mundo*. São Paulo: Pioneira, 1991.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.
- FORD, Henry. *Hoje e amanhã*. Rio de Janeiro: Brandt, 1954.
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Artenova, 1977.
- FRIEDMANN, Georges. O objetivo da sociologia do trabalho. In: FRIEDMANN, G.; NAVILLE, J. *Tratado de sociologia do trabalho*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <www.ibge.gov.br/>. Acessado em: dez. 2004.
- Instituto Ethos. Disponível em: <www.ethos.org.br/>. Acessado em: mar. 2005.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: <www.ipea.gov.br/>. Acessado em: mar. 2005.
- MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Difel, 1982.
- MARX, K. Teoria da ciência. In: CASTRO, A. M.; DIAS, E. F. *Durkheim, Weber, Marx, Parsons* – Introdução ao pensamento sociológico. São Paulo: Moraes, 1992.
- MELLO, F. P. *Delmiro Gouveia* – Desenvolvimento com impulso de preservação ambiental. Recife: Massagana, 1998.
- MELO NETO, F. P. de; FROES, César. *Responsabilidade social & cidadania empresarial* – A administração do terceiro setor. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.
- MENEZES, H. *Delmiro Gouveia: vida e morte*. Maceió: Alagoana, 1971.

- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Apresentação de Temas Transversais*. Brasília, 1997.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2000.
- OFFE, Claus. *The present historical transition and some basic design options for societal institutions*. Seminário da Reforma do Estado. São Paulo, 1998. (mimeo.)
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Ética e economia*. São Paulo: Ática, 1995.
- ROUSSEAU, J.-J. *O contrato social*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- SOUZA, J. M. *Delmiro – O precursor da industrialização do Nordeste*. Recife: Guararapes, 1963.
- SOUZA, Alexandre C. As dimensões do trabalho. *Revista Cronos*, Natal, RN, v. 2, n. 1, p. 49-56, jan./jun 2001.
- SROUR, Robert Henry *Poder, cultura e ética nas organizações*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- STONER, James F.; FREEMAN, Edward. *Administração*. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
- SÜSSEKIND, A. *Curso de direito do trabalho*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- TACHIZAWA, T. *Organizações não-governamentais e terceiro setor – Criação de ONGs e Estratégias de Atuação*. São Paulo: Atlas, 2002.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1985.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967.